## ANTONIO CARLOS PEREIRA

## ESTADO DE SAU PAULO FHÉ uma Toucura, não é?

presidente Fernando Henrique Cardoso passa para a defensiva sempre que se fala em direitos humanos e dívida social. A reação é curiosa, já que foi S. Exa. quem mudou radicalmente a posição oficial frente a estes temas, antes delicados a ponto de serem descartados como intromissão nos negócios internos ou atentado à soberania. No início de seu governo, o sr. Fernando Henrique Cardoso afirmou que não agiria assim. As questões seriam tratadas frontalmente e seu governo não se abalaria com cobranças; pelo contrário, faria das denúncias e críticas oportunidades para corrigir as deficiências do Estado brasileiro. Ultimamente, porém, o presidente vem caindo na defensiva.

Ao que parece, ainda não havia chegado a ponto tão depressivo quanto o que atingiu na França, em audiência concedida a representan-

tes de organizações não-governamentais é em outras entrevistas. É grave, quando um presidente, falando do Exterior, afirma que o povo de seu país não tem visão e lhe falta consciência para apreciar os esforços que o governo faz na área social. Povo ingrato! Ainda bem que os interlocutores não perseguiram o tema, caso contrário o professor Fernando Henrique Cardoso poderia sentir-se tentado a dissertar mais profundamente sobre o caráter nacional brasileiro, para explicar como esta gente faz uma esco-

lha maciça, colocando-o no Planalto, e ano e meio depois vacila, incapaz de análises conjunturais corretas.

Não é, porém, da patuléia inconstante que vêm os maiores problemas do presidente, a menos que os índices de popularidade — que não são - sejam o único modo de baixos aferir sua competência. O povo continua querendo o que queria: inflação rasteira, comida barata e farta, emprego e alguma perspectiva de futuro, que sabe só existirá a partir das reformas prometidas. O povo não foi obstáculo ao presidente nem quando seus ministros e aliados cozinharam uma reforma da Previdência que mesmo antes da chacoalhada levada na votação dos destaques mantinha privilégios para uns poucos e castigava a maioria.

Fica fácil, porém, cobrar visão e consciência da massa sem voz. Ela não reclamará. Mas também não exigirá dos parlamentares nos quais votou que cumpram, no mínimo, o sentido geral do mandato reformista. Na verdade, a partir do momento em que se consagrou o voto proporcional, foi privada dos instrumentos de pressão com que poderia colocar os seus constituintes na linha. Sem um sistema que vincule diretamente eleitor e eleito, ao primeiro resta calar-se por quatro anos ou aderir a grupos de interesse, habitualmente menos preocupados com as questões de princípio e fundo e mais ocupados com temas tópicos.

A reforma política, no entanto, está esquecida. E sempre que o governo tropeça nas estruturas arcaicas, cogita de paliativos. Prefere atacar os destaques de votação em separado, como se fosse esta a única aberração regimental do Legislativo, a promover ampla revisão que dê racionalidade ao trâmite legislativo.

E racionalidade é o que falta, in-

clusive no debate sustentado pelo presidente da República. S. Exa., na reunião com os representantes das ONGs, jogou sobre a Justiça indevida responsabilidade pela impunidade dos políciais militares que

praticaram o massacre do Carandiru. Referindo-se a decisão sobre responsabilidade civil tomada pela 8ª Câmara do TJ paulista, o presidente afirmou: Estou chocado com a decisão sobre o Carandiru. Decidiram que ninguém era responsável. É uma loucura, mas foram os juízes. Como democrata, não

posso botar juízes na cadeia. De fato, é uma loucura que o presidente da República esteja tão mal informado sobre a sentença que escolhe para comentar perante platéia estrangeira. O voto esdrúxulo e desequilibrado do relator da 8ª Câmara não conferiu impunidade ou imunidade a quem quer que seja. Sua decisão refere-se a uma questão de ressarcimento por danos morais contra o Estado, absolutamente impermeável em relação à ação criminal que decidirá sobre a autoria e culpabilidade dos autores materiais do crime. O presidente deixou de dar a resposta correta aos representantes de organizações de direitos civis que tinham justas indagações. Saiu-se, ao contrário, com comentários destemperados sobre a Justiça, os juízes e

suas próprias convicções democráti-

cas. Ou estará ele à espera, quando as reafirma, de ouvir aquilo que não

se diz em voz alta?



Antonio Carlos Pereira é editorialista do "Estado"

Desinformado, FH fez comentários destemperados sobre suas idéias democráticas, a Justica e os juízes